

## IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

# ‘Não há perdas para a democracia’

Para o cientista político Ranulfo Paranhos, o processo de impedimento da presidente demonstra amadurecimento democrático do País

NIVIANE RODRIGUES  
REPÓRTER

De um lado, o grupo governista e simpatizantes a gritarem que a aceitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff pela Câmara Federal “é golpe”; do outro, a base de oposição a afirmar que Dilma rasgou a Constituição. E no meio da troca de acusações, o povo. Por que o País chegou a essa situação que resvala numa crise econômica, política e moral na qual o Brasil foi mergulhado? O que deve acontecer a partir de agora com o processo, que se encontra nas mãos do Senado?

A *Gazeta* foi buscar na ciência política e no Direito as explicações para o cenário que deve se desenhar no campo político e econômico do País, o que levou à chefe da Nação a mergulhar num caminho praticamente sem volta, já que é dado como certo que o Senado também dirá sim ao impedimento.

Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o cientista político

Ranulfo Paranhos é taxativo ao afirmar que há uma previsão constitucional para que o processo acontecesse. “O discurso do governo e dos aliados é que é golpe. Que há comprometimento, enfraquecimento da democracia. Muito pelo contrário. Há uma previsibilidade na Constituição, um rito definido pelo STF [Supremo Tribunal Federal], regras muito claras. Jogo político não passa de regras muito bem estabelecidas. O próprio nome já diz: jogo. Então, se é jogo, eu tenho que ter regras”, afirma.

Na avaliação dele, “não há perdas sobre a qualidade democrática. Muito pelo contrário. Obviamente que a nossa democracia é muito jovem. São menos de 30 anos. Aí você precisa de amadurecimento democrático. Então, nesse ponto, não há o que se reclamar, o que perder. Nós não reduzimos a nossa qualidade em função do impeachment”.

A *Gazeta* questiona se o povo não sabe escolher seus representantes ou se não há opções no cenário

político. Ranulfo Paranhos responde: “Nós temos 33 partidos atuando, 25 com representação na Câmara. Opções tem. Agora que é a opção no cenário político? É o indivíduo que tem proposta, serviço prestado, que aparece, que vai ganhando corpo, força. Dilma não era uma opção. Dilma é um produto. Eu não estou dizendo que os políticos não sejam produto. Eles são produto. Mas dos produtos construídos e inventados, Dilma foi o pior”, ele diz.

E explica: “Produto como tábua de salvação para o PT. Porque, quando o Lula assume, em 2002, ele tinha um forte ministro da sua mais próxima relação, que era o José Dirceu, que seria o homem preparado para 2010, mas José Dirceu assume o ônus do Mensalão e vira o grande culpado. E o PT começa a perder nomes e espaços. O que é que sobra? Sobra alguém que também tem característica burocrática, que é a Dilma, e o Lula constrói ela. Esse nome é construído”, ressalta.

## DISCURSO VAZIO

E segue falando sobre o que levou à derrocada de Dilma. “Como é que se faz política?”, questiona Ranulfo. “No meio político, se diz que você tem



Ranulfo Paranhos diz que Dilma não soube dialogar, ‘tomar cafezinho’, com os congressistas

que saber tomar cafezinho para saber fazer política. A Dilma não toma cafezinho. Se ela não faz isso, ela é uma burocrata. Como burocrata, ela não sabe fazer acordos. O Lula sabe fazer acordos. O PT, não. O PT aprendeu a fazer propaganda, mas não aprendeu a fazer política”.

Ranulfo Paranhos afirma que o PT se manteve no palanque, mesmo enquanto governo. “Graças às propagandas. O PT faz e constrói discursos; convence pelo discurso. Tanto é que hoje qualquer indivíduo mais inclinado ao governo vai acusar de golpe. Por que golpe? O discurso está vazio. Você não tem argumentação política. Quem sabe fazer política

nesse País? O PMDB”, diz o cientista político.

Ele historia. “Se você considerar o pós-1988 ou antes, quem é governo desde sempre? É Sarney [José], depois Itamar [Franco] com o PMDB, Fernando Henrique Cardoso, com o PMDB, Lula 1 e 2, com o PMDB, Dilma 1, com o PMDB, Dilma 2 sem o PMDB: vai cair. Se tem alguém que deve uma responsabilidade ao eleitorado brasileiro é o PMDB. Ele nunca lança um candidato à presidência da República. Ele tem não só condições, mas o dever de fazer isso. A racionalidade política do PMDB é a de obter cargos e de estar dentro do poder, mas ele não quer correr o risco. Es-

pera que alguém construa um nome, vai lá, fecha a coalizão e integra o governo”, afirma.

Ele destaca uma estratégia usada por FHC que se assemelha ao que Lula faz e que Dilma não seguiu. “Ele [FHC] tinha uma ideia, chamava todos os líderes, discutia a ideia, e a ideia já ia pronta para aprovação, para ser discutida em plenário. Lula fez algo parecido. Quando Lula sai do cenário, no Dilma 1, a Dilma tem a ideia, junto com Mercadante [Aloisio] e o seu núcleo duro, que está em torno dela, discute a ideia, elabora o projeto e encaminha burocraticamente. Ela não negocia, ela não entra no acordo, não ouve”.

## ‘Governo Dilma se isolou do Congresso’

O professor Ranulfo Paranhos é claro ao dizer que o PT se isolou. “O governo de Dilma é um governo que se isolou. É um governo que não precisou do esforço da oposição, não foi o PSDB, não foi o DEM, que nunca se preocuparam muito com propaganda. Eles fazem política. São profissionais da política. Sabem fazer acordo. O PT sozinho se isolou. O PT conseguiu no domingo, 17, 137 votos, contra 367. Então, a oposição e aliados que não eram aliados do governo passaram a ser oposição, somaram 230 votos a mais. A leitura muito mais clara disso é que Dilma hoje não tem um terço do parlamento, da Câmara para governar. A regra do jogo é muito clara, muito objetiva”, diz.

E questiona: “Como é que funciona o jogo? O jogador que está na cadeira de presidente, ele tem que ter maioria nas duas Casas [Câmara e Senado] ou pelo menos em uma das duas Casas. Se eu não obedecer a essa regra, eu vou ser afastado. Quem joga peso nisso? O povo na rua, a Lava Jato, imprensa, falando bem ou mal. Tudo isso. Mas, no final das contas, quem decide são os parla-

mentares. É o acordo político que você faz. É uma regra muito clara”.

Quanto à imoralidade de se fazer tais acordos, Ranulfo Paranhos avalia que em algum momento pode-se até chamar de imoral, de antiético. “Mas o que é governar”, ele questiona? “Quando é que eu convindo um partido, que não está no meu governo, para eu poder governar? Eu chamo o partido, o partido vai votar nas minhas propostas e em contrapartida eu cedo espaços. Ministérios, autarquias, superintendências e eu abro esse espaço. É um toma-lá-dá-cá. Mas governos são montados dessas forma. Não há nada de ilegal nisso. Tanto é que a coalizão montada é informal. Coligações são formais, são registradas no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. Aquela coligação não posso quebrar, não posso ferir. Mas as coalizões, não. Os partidos se aproximam e em troca eles lhe darão votos nas duas Casas”.

O professor segue em sua avaliação. “O que as pessoas acusam de antiético? Você tem, às vésperas da votação, a barganha. Acusou-se Lula de ofere-



Impeachment de Dilma foi votado em sessão polêmica na Câmara

cer o mesmo ministério a dois partidos políticos. Aí sim, você tem, no meio político, a falta de ética. Já pensou se tem o impeachment? Como fica o acordo? Dilma teve esse problema, de não cumprimento de acordos. O que faz os parlamentares se aproximarem ou se afastar? A agenda política. O governo não apresentou uma agenda, principalmente macroeconômica, para a saída econômica. A única saída do governo é uma que parecia com a oposição: chama Joaquim Levy [ex-ministro da Fazenda e diretor financeiro do Banco Mundial - Bird]. O próprio par-

tido do governo é contrário a isso. Então, é um governo sem rumo. Ele não consegue fazer reformas, microrreformas, reduzir os custos, a quantidade de ministérios, que de 39 caiu para 32, mas o que fez foi: apaga o nome de ministério e chama de secretaria dentro de outro ministério. Não diminuiu nada”. Questionado se o processo não passasse o que ocorreria com o País diante do cenário que ele traça, Paranhos é enfático: “A principal notícia no dia seguinte seria: Cunha aceita novo pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff”. NR

## ‘Só o futuro dirá sobre uma gestão do PMDB’

Ranulfo Paranhos afirma que a tentativa de o governo se manter, primeiro, é com uma minoria, menos de um terço. “Eu não consigo aprovar o projeto mais simples, mesmo que seja um projeto de maioria simples, 50% mais um. Ele não tem essa maioria. Esse governo não tem um projeto, esse governo quer chamar para a negociação e prometeu chamar para uma repactuação uma sociedade que ele diz que 70% é golpista. É fascista. E aí, o presidente do PT, Rui Falcão, lança uma nota onde diz que ‘os barões da corrupção estão tentando derrotar a presidente, mas nós vamos superar isso e vamos repactuar’”.

E segue questionando: “Como é que eu vou repactuar com uma pessoa que eu acabo de chamar de barão da corrupção? Eu vou chamar os barões da corrupção, 70% da Câmara dos Deputados, para negociar comigo depois de acusá-los disso? Como vou dizer que quero o apoio da sociedade, 69% é favorável ao impeachment, e con-

so, “para o bem ou para o mal, existe um projeto do PMDB chamado uma ponte para o futuro. Se aquilo vai ser bom ou ruim, o futuro dirá. Mas existe um projeto e tentou negociar esse projeto com o PT. Não encontrou portas abertas”.

Ao virar ministro da Articulação Política, “que começa a aprovar uma reforma econômica, no ano passado, a própria presidente se sente enciumada. Ela começa a perceber que o vice começa a acumular poderes e representação junto aos parlamentares. Ela precisa levar em consideração que o Temer já foi presidente daquela Casa três vezes. O Temer não precisa de intermediário para negociar com os parlamentares. Ele vai fazer isso com muito mais fluência e, quando o fez, a presidente vai lá e o afasta da comissão, diz: ‘Volte para o Jaburu e deixe que eu continuo; deixe que o resto eu continuo’. O que você perde em dividir o poder se ao final você obtiver sucesso? Nada. É para isso que serve um vice. Quando você escolhe um vice, não é porque você vai viajar e ele fica no lugar. Mas você precisa dele porque é um vice que representa uma quantidade de votos nas duas Casas”, afirma Ranulfo Paranhos. NR

## ‘Desafio maior é recuperar a credibilidade’

Para o cientista político, com o PMDB assumindo o governo, a situação tende a melhorar. “O PMDB tem a médio prazo a credibilidade dos investidores, do mercado. Então, nesse sentido, se ele for hábil nesse médio prazo, há uma possibilidade, por exemplo, de uma recuperação econômica. Agora é bom lembrar: nós estamos há seis trimestres seguidos de retração. Já estamos em recessão econômica, a nossa previsão é para daqui há dois anos chegar no zero de cresci-

mento, porque a gente está diminuindo”.

O Temer, ressalta Ranulfo Paranhos, “representa pelo menos que a gente consiga chegar mais perto disso. A população vai dar credibilidade a ele num espaço menor de tempo do que os investidores. Por isso ele precisa tomar medidas mais rápidas. Indicar ministros com maior aceitação e com propostas mais claras. Por exemplo: o Serra [José] é um dos propensos candidatos a ministro da Saúde. O Serra já foi um sucesso co-

mo ministro da Saúde, não há como negar isso. Redução da quantidade de ministérios. Eu preciso de ministros que tenham teto de vidro, que qualquer pedrinha quebre esse telhado. Hoje, há um ministro da Justiça [Eugênio Aragão] que vive metendo os pés pelas mãos e que assumidamente resolveu perseguir a oposição. Esse tipo de comportamento precisa ser resolvido”, avalia.

Quanto à possibilidade de ex-presidente Lula voltar ao cenário político como presidente da Repúbli-

ca, Ranulfo Paranhos afirma que hoje ele não seria eleito e o pior, diz que há uma possibilidade muito grande de Lula se tornar inelegível.

“Opinião pública é uma coisa que varia, porque candidato é um produto. O perfil Lula hoje tem perto de 60% de rejeição. Hoje, não seria eleito. No máximo chegaria ao segundo turno. Mas há uma possibilidade muito grande dele se tornar inelegível. Dado os indícios do envolvimento dele nos esquemas da Lava Jato”. NR



Michel Temer caminha para ser o novo presidente da República